



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018–PRL/CEA**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, por meio da Comissão de Licitação, sediada a Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900, bairro Santa Rita, CEP 68.900-030, Macapá/AP, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, em sessão pública virtual, por meio da internet, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas no Termo de Referência nº 001/2018-DEO/DE/CEA e demais anexos, partes integrantes deste Edital.

**DATAS E HORÁRIOS:**

**Abertura das Propostas: 15/06/2018 às 09h00min.**

**Disputa: 15/06/2018 às 10h00min.**

**Observando o horário de Brasília/DF.**

**Endereço: sitio de [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) do Banco do Brasil.**

**Licitação nº 721534**

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data marcada, no horário e local aqui estabelecido, o Pregão Eletrônico ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, desde que não haja comunicação em contrário da Comissão de Licitação e Contratos.

CONTATOS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO: [daniel.sarges@cea.ap.gov.br](mailto:daniel.sarges@cea.ap.gov.br),  
[elaine.santos@cea.ap.gov.br](mailto:elaine.santos@cea.ap.gov.br) e [licitacoes@cea.ap.gov.br](mailto:licitacoes@cea.ap.gov.br)

**1. DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a aquisição de um Sistema Computacional para Estudos da Proteção de Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica em Média Tensão, que contemple a interface com os sistemas de geoprocessamento aplicados à distribuição, instalados na CEA.

1.1 O valor máximo estimado da contratação é de R\$ **R\$ 215.480,20** (Duzentos e quinze mil quatrocentos e oitenta reais e vinte centavos).



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1 A despesa decorrente da presente licitação correrá à conta de recursos próprios previstos no Orçamento do Exercício 2018 da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA.

- Unidade orçamentária: 44031
- Despesa: Substituição de equipamentos e adequação de informática
- Número da reserva: 000706

## **3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

3.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até três (03) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em horário de expediente desta Companhia de Eletricidade, ou seja, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h, no seguinte contato: [licitacoes@cea.ap.gov.br](mailto:licitacoes@cea.ap.gov.br).

3.2 Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações serão divulgados no sistema eletrônico.

3.3 Quaisquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.4 Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão. O envio de pedidos de esclarecimentos ou impugnação deverão ser remetidos em horário de expediente desta Companhia de Eletricidade, ou seja, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h, por e-mail para: [licitacoes@cea.ap.gov.br](mailto:licitacoes@cea.ap.gov.br).

3.5 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste Edital e do Termo de Referência, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

3.6 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

## **4. DO CREDENCIAMENTO**

4.1 O Credenciamento permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 O credenciamento dar-se-á pelo recebimento da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Banco do Brasil, (art. 3º, § 1º do Decreto nº 5.450/2005), no sítio <http://www.licitacoes-e.com.br>.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**

Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

4.3 Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o Pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica (Art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

4.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DA PARTICIPAÇÃO**

5.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento junto ao portal [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) do Banco do Brasil, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10, desde que:

5.1.1 Atendam as condições deste Edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório de Notas e Ofício competente;

5.1.2 Não estejam sob falência, concurso de credores ou recuperação judicial, dissoluções, liquidações, consórcio de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si; e comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos;

5.1.3 Não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

5.1.4 Os diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, fiscal, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio não pertençam, ainda que parcialmente, à empresa do mesmo grupo que esteja participando desta licitação;

5.1.5 Não estejam inadimplentes com a União ou cujo(s) diretor(es) tenha(m) participado de outra empresa que, também, se tornou inadimplente perante a União;

5.1.6 Não sejam de propriedade de servidor ou dirigente do órgão ou entidade licitante ou responsável pela licitação;

5.1.7 Não estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**

Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

5.2.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.3 Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3 Como condição para participação no Pregão, a licitante deverá declarar em campo de mensagens do sistema eletrônico relativo às seguintes declarações:

5.3.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.3.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.3.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.4 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.5 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

## **6. ENVIO DAS PROPOSTAS**

6.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

6.3 Qualquer elemento que possa identificar o licitante acarretará a desclassificação da proposta.

6.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.5 Formular e encaminhar a proposta de preço, no idioma oficial do Brasil, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. O licitante deverá estar ciente e levar em consideração, além da especificação e condições estabelecidas neste edital, o atendimento dos seguintes requisitos:

6.5.1 Apresentar os preços de forma completa, sem dízimas, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os materiais, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**

Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

pessoal, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta.

6.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.8 O licitante deverá enviar sua proposta via sistema eletrônico, **SEM A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA**, contendo as seguintes informações (quando possível):

6.8.1 Valor unitário e total;

6.8.2 Marca;

6.8.3 Fabricante;

6.8.4 Descrição detalhada do objeto, conforme pede o Edital e o Termo de Referência (anexo), **TAMBÉM, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**, indicando prazo de validade da proposta e prazo de entrega e garantia.

6.9 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título; não cabendo, desta forma, quaisquer ônus adicionais a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA.

6.10 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.11 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.12 O licitante não poderá alegar erros ou omissões praticados na proposta, com o intuito de acrescer o valor proposto ou desviar-se de obrigações previstas em legislação.

6.13 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

6.14 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.15 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO**

7.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste Edital.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

7.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

## **8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

8.1 O Pregoeiro analisará as propostas, desclassificando aquelas que se mostrarem incompatíveis com o objeto da licitação e os requisitos do Edital ou que apresentem preços que sejam manifestadamente inexequíveis.

8.2 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas poderão participar da fase de lances, conforme disposto no art. 23, do Decreto nº 5.450/05.

8.3 Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

## **9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

9.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do horário e valores consignados no registro de cada lance.

9.2 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

9.3 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.4 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, mantendo-se em sigilo a identificação do detentor do lance.

9.5 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

9.6 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação do Pregoeiro aos licitantes.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

9.9 Para julgamento das propostas será adotado o critério do menor valor.

9.10 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente no período Randômico determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.11 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

## **10. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

10.1 Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

10.3 Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

10.3.1 produzidos no País;

10.3.2 produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

10.3.3 produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.3.4 produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

10.4 Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## **11. DA NEGOCIAÇÃO**

11.1 O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

11.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.2 O sistema disponibilizará campo próprio para mensagem do Pregoeiro cabendo aos licitantes acompanhá-las, sendo possível, a partir deste momento, manifestação do licitante convocado pelo Pregoeiro.

11.3. Caso não sejam apresentados os lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

11.4 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.5 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

## **12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

12.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto contidas neste Edital e seus anexos.

12.2 Será desclassificada a proposta que:

12.2.1 Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

12.2.2 Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

12.2.3 Não apresentar as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;

12.2.4 Contiver oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

12.3 A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todo o projeto anexo a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

12.4 Será igualmente desclassificada a proposta manifestamente inexequível. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites





**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**

Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.5 O exame da inexecuibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

12.7 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexecuibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

12.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

### **13. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO**

13.1 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo de até **04 (quatro) horas**, considerando o horário de expediente desta CEA que é das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, após a convocação via sistema, a proposta de preço adequada ao último lance e dos documentos de habilitação indicados no item 13 deste Edital ao endereço eletrônico [licitacoes@cea.ap.gov.br](mailto:licitacoes@cea.ap.gov.br).

13.2 A proposta inicial, ajustada ao lance vencedor, a ser encaminhada após solicitação do Pregoeiro, deverá ser redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

13.2.1 Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

13.2.2 Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

13.2.2.1 Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

13.2.2.2 Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**

Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030

Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09

Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

13.3 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

13.4 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

13.5 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

13.4.1 Erros formais no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

13.9 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.10 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

13.11 Quando o numeral dos novos preços adequados ao lance vencedor incorrer em dízima, deverá ocorrer o arredondamento para menos.

13.12 Os originais ou cópias autenticadas dos documentos remetidos por meio eletrônico citados no item 13.1, deverão ser encaminhados a Comissão de Licitação e Contratos da Companhia de Eletricidade do Amapá, Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, nº 1900, bairro Santa Rita, CEP 68.900-030 – Macapá-AP, **no prazo de 03 (três) dias** a partir da solicitação do Pregoeiro, de segunda-feira à sexta-feira, em horário de expediente que é de 7:30h às 11:30h e 13:30 às 17:30, em envelope com timbre da empresa e lacrado.

13.12.1 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

13.13 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta Seção, será desclassificado.

13.14 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

13.15 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.16 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**

Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030

Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09

Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

13.17 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## **14. DA HABILITAÇÃO**

14.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

14.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

14.1.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

14.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.4 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

14.5 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 4 (quatro) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

14.6 O Pregoeiro poderá consultar o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010. Ocorrendo a impossibilidade de consulta por



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**

Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

problemas técnicos no sistema apropriado, o Pregoeiro poderá solicitar que o arrematante encaminhe o seu SICAF no prazo estabelecido pelo Pregoeiro.

14.7 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e demais declarações avante indicadas:

- I - habilitação jurídica;
- II - qualificação técnica;
- III - qualificação econômico-financeira;
- IV - regularidade fiscal e trabalhista;
- V – declarações.

**14.7.1 Habilitação jurídica:**

14.7.1.1. Cédula de identidade do representante legal da empresa;

14.7.1.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.7.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

14.7.1.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.7.1.5 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

14.7.1.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

14.7.1.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

14.7.1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 14.7.2 **Qualificação técnica**

14.7.2.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de um ou mais atestados e/ou declarações fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

#### 14.7.3 **Qualificação Econômico-Financeira**

14.7.3.1 Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

14.7.3.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

14.7.3.3 No caso de bens para pronta entrega, não será exigido da microempresa, empresa de pequeno porte, nem da sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro (art. 3º do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007);

14.7.3.4 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

14.7.3.5 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante;

14.7.3.6 A boa situação financeira da empresa será comprovada através dos seguintes índices contábeis:

##### 14.7.3.6.1 Índice de Liquidez Geral

$$\text{Liquidez Geral} = \geq 1,0 \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

##### 14.7.3.6.2 Índice de Solvência Geral

$$\text{Solvência Geral} = \geq 1,0 \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

##### 14.7.3.6.3 Índice de Liquidez Corrente

$$\text{Liquidez Corrente} = \geq 1,0 \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

#### 14.7.3.6.4 Índice de Grau de Endividamento

$$\text{Grau de Endividamentos} = \leq 1,0 \quad \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

14.7.3.7 As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memoriais de cálculos juntados ao balanço, conforme orientação deste Edital.

14.7.3.8 As empresas que apresentarem índices < 1 para os subitens 13.7.3.6.1, 13.7.3.6.2 a 14.7.3.6.3 deverão comprovar, considerados os riscos para a administração no cumprimento das obrigações contratuais, patrimônio líquido superior em 10% (dez por cento) do valor estimado global para a contratação e, relativamente à data de apresentação da proposta, permitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

#### 14.4.4 Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista

14.4.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

14.4.4.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.4.4.3 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

14.4.4.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei. Em se tratando de empresa com sede neste município de Macapá/AP, apresentar a Certidão Negativa de Tributos Municipais;

14.4.4.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;

14.4.4.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme o Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, e Lei nº 12.440/2011.

14.4.4.7 Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**

Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030

Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09

Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

14.4.4.8 A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.4.4.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **14.4.5 Declarações**

14.4.5.1 Declaração expressa do proponente, sob as penas da Lei, da superveniência de fatos impeditivos para a sua habilitação neste certame, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98, instrução Normativa/MARE nº 5/95, conforme Anexo IV;

14.4.5.2 Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em atendimento ao preceito do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, de conformidade com a Lei nº. 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº. 4.358, de 05/09/2002, conforme Anexo V;

14.4.5.3 Declaração, por parte do licitante, de elaboração independente de proposta, conforme Anexo VIII deste Edital, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SLTI nº 02/2009, de 16/09/2009, publicado no DOU de 17/09/2009 e demais declarações anexas a este Edital.

14.5 O Pregoeiro verificará a autenticidade da documentação obrigatória, constante deste Edital, enviada via e-mail, mediante consulta, nos sítios oficiais, à base de dados dos órgãos e entidades emissores de certidões, constituindo esta verificação meio legal de prova, para fins de habilitação.

14.6 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o Pregoeiro inabilitará o licitante.

#### **15. DOS RECURSOS**

15.1 Declarado o vencedor, será concedido **prazo de 01 (uma) hora**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso, indicando contra qual decisão pretende recorrer e por quais motivos.

15.1.2 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

15.1.3 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

15.1.4 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá enviar as razões do recurso pelo sistema eletrônico no prazo de 03 (três) dias contados da data que postou sua intenção recursal, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

15.2 Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

15.3 As intenções de recursos não admitidos e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

15.4 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.5 Não serão conhecidas as razões e contrarrazões a recursos intempestivamente apresentadas.

15.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

16.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **17. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

17.1. Após a homologação, o fornecedor poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

17.2 A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

17.3 Previamente à contratação será realizada consulta “on line” ao SICAF, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e/ou outra restrição a sua habilitação.





**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**

Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030

Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09

Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

17.4 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e anexos.

17.5 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17.6 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, Estados e Municípios, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº. 8.666/93.

17.7 As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial do Estado, mediante motivação do órgão ou entidade licitante.

## **18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

18.1 O adjudicatário, no prazo de cinco (5) dias, após a assinatura do Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total desta Contratação, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

18.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.2.1 prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.2.2 prejuízos causados à Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

18.2.3 as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA à Contratada;

18.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, em conta corrente indicada no contrato, com correção monetária.

18.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

18.5 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.6 A Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

18.6.1 caso fortuito ou força maior;

18.6.2 alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;

18.6.3 descumprimento das obrigações, pela Contratada, decorrentes de atos ou fatos praticados pela Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA;

18.6.4 Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA.

18.7 Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

18.8 Será considerada extinta a garantia:

18.8.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.8.2 No prazo de três meses após o término da vigência, caso a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA não comunique a ocorrência de sinistros.

## **19. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

20.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **21. DO RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE COMPRA – ADC**



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

21.1 A Administração da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA convocará oficialmente a licitante vencedora durante a validade da ata de registro de preços para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após cumpridas as exigências contidas neste Edital, aceitar ou retirar a Autorização de Compra – ADC, sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

21.2 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

21.3 É facultado à Administração, quando a convocada não retirar ou aceitar a Autorização de Serviço – ADS no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar este Pregão, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93, conforme art. 64, § 2º da Lei 8.666/1993.

21.4 A recusa injustificada da licitante vencedora em aceitar ou retirar a Autorização de Serviço – ADS, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

21.5 O disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do art. 64 § 2º da Lei nº 8.666, de junho de 1993, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

## **22. DO PAGAMENTO**

22.1 A contratada deverá comprovar os recolhimentos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas referentes à execução do objeto do presente Termo de Referência, sob pena de não receber os valores requeridos.

22.2 O pagamento será realizado, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura, contendo o detalhamento dos materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

22.3 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

22.4 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**

Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030

Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09

Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

22.5 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

22.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

22.7 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

22.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6 %

### **23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

23.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados e Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas neste Edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida no Edital.
- b) no prazo determinado, não assinar o contrato ou não retirar a ADS;
- c) apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- e) não manter a proposta, injustificadamente;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) cometer fraude fiscal;



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**

Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030

Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09

Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

23.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Edital, a Administração da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA poderá garantir a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções descritas na minuta do Contrato em anexo:

23.3 Compete ao Presidente da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA a aplicação das penalidades previstas neste Edital, facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

23.4 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado.

23.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos os interesses públicos e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

24.2 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

24.3 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

24.4 A adjudicação e a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Companhia de Eletricidade do Amapá, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

24.6 A anulação do Pregão induz da ata de registro de preços e do contrato.

24.7 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**

Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030

Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09

Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

24.8 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.9 Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

24.10 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação constante do preâmbulo deste Edital.

24.11 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Fórum da Justiça Estadual, Seção Judiciária do Estado do Amapá.

## **25. DOS ANEXOS**

25.1 Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Carta Proposta

Anexo III – Modelo de Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação

Anexo IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente

Anexo V – Modelo de Declaração do Cumprimento do Requisito Constitucional

Anexo VI – Modelo de Declaração de Capacidade Técnica

Anexo VII – Modelo de Declaração de ME e EPP

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

Anexo IX – Minuta do Contrato

Macapá, 16 de maio de 2018.

**DANIEL SARGES DE MORAES**

Pregoeiro



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018–PRL/CEA**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Nº 01/2018-DEO/DE**

**AQUISIÇÃO DE UM SISTEMA COMPUTACIONAL, PARA ESTUDOS DA PROTEÇÃO DE SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, QUE CONTEMPLE A INTERFACE COM OS SISTEMAS DE GEOPROCESSAMENTO APLICADOS À DISTRIBUIÇÃO E INSTALADOS NA CEA.**



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. OBJETO .....</b>	<b>3</b>
<b>3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS .....</b>	<b>4</b>
<b>4. DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO .....</b>	<b>4</b>
<b>4.1. Interface Gráfica e Georreferenciada .....</b>	<b>4</b>
<b>4.2. Ajustes, Coordenação e Seletividade de Equipamentos de Proteção .....</b>	<b>5</b>
<b>4.3. Filosofia de coordenação .....</b>	<b>6</b>
<b>4.4. Relatórios .....</b>	<b>6</b>
<b>5. DESCRIÇÃO DO TREINAMENTO NECESSÁRIO .....</b>	<b>6</b>
<b>6. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS .....</b>	<b>7</b>
<b>7. ESCOLHA DO FORNECEDOR.....</b>	<b>7</b>
<b>8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....</b>	<b>7</b>
<b>9. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....</b>	<b>9</b>
<b>10. IDENTIFICAÇÃO DE EMPREGADOS .....</b>	<b>9</b>
<b>11. HORÁRIO DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>12. REGIME DE EXECUÇÃO E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS.....</b>	<b>10</b>
<b>13. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS .....</b>	<b>10</b>
<b>14. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.....</b>	<b>11</b>
<b>15. PREÇOS DOS SERVIÇOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO .....</b>	<b>11</b>
<b>16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTAS: .....</b>	<b>12</b>
<b>17. FORMA DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS.....</b>	<b>13</b>
<b>18. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.....</b>	<b>14</b>





**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vem trabalhando na normatização e padronização das atividades técnicas relacionadas ao funcionamento e desempenho dos sistemas de distribuição de energia elétrica estabelecidos nos Procedimentos de Distribuição – PRODIST, os quais buscam dentre outras funcionalidades garantir que os sistemas de distribuição operem com segurança, eficiência, qualidade e confiabilidade, vem cobrando melhorias gradativas dos índices de continuidade (DEC, FEC, DIC, FIC, DMIC).

Neste contexto, a proteção torna-se um assunto relevante para as concessionárias de energia elétrica, dado que um sistema de proteção bem coordenado minimiza as interrupções permanentes de consumidores, com conseqüente melhoria dos índices de continuidade, além de reduzir o custo operacional das empresas.

O sistema de distribuição de média tensão da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA é composto por 4 Subestações de 34,5/13,8 KV, 2.761,8 km de Rede de Distribuição urbana, e 2.785,1 km de Rede de Distribuição rural, distribuídos em 62 alimentadores.

Para esse sistema de distribuição a execução dos estudos de coordenação de proteção de forma manual, impede que a equipe técnica possa se dedicar ao estudo mais detalhado do sistema e suas necessidades de melhoria. Portanto, essa tarefa exige o suporte de sistema computacional.

Um dos problemas mais relevantes nas redes de distribuição de energia elétrica é a interrupção desnecessária de fornecimento de energia devido à atuação incorreta dos dispositivos de proteção. Para evitar esse tipo de problema é necessária a realização de um projeto de proteção onde os dispositivos sejam ajustados de forma a trabalhar de maneira seletiva e coordenada. Entretanto, o elevado número de dispositivos instalados na rede de distribuição faz com que a elaboração deste projeto seja uma tarefa bastante trabalhosa para o engenheiro de proteção, sobretudo quando os estudos de coordenação e seletividade são executados pelo processo manual de sobreposição das curvas.

A realização de estudos elétricos de curto-circuito e coordenação da proteção da Rede de Distribuição se mostra tarefa complexa e que demanda suporte de aplicativo específico para viabilizar a realização de estudos em tempo hábil, já que a quantidade e a dinâmica de crescimento e modificação dos circuitos muitas vezes exige a revisão dos estudos de coordenação em curtos intervalos de tempo. Além das vantagens relacionadas a agilidade na realização dos estudos, outra vantagem importante é obtida com a manutenção e controle de revisão dos estudos e ajustes derivados destes em um banco de dados único, que permita o adequado controle dos registros.

Neste contexto, surge a proposta de aquisição de um sistema de computacional para execução de estudos de coordenação e seletividade, tendo como objetivo principal sistematizar e agilizar a tarefa de elaboração de estudos de proteção contemplando funcionalidades descritas neste termo de referência nº 01/2018-DEO/DE.

## 2. OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Referência, a aquisição de um Sistema Computacional para Estudos da Proteção de Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica em Média Tensão, que contemple a interface com os sistemas de geoprocessamento aplicados à distribuição, instalados na CEA, incluindo:

O fornecimento de 02 (duas) licenças que poderão ser instaladas nas dependências da CEA de acordo com a necessidade estabelecida pela CONTRATANTE.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

A instalação do Sistema incluindo o suporte para a implantação e a integração com os sistemas de Georreferenciamento e Bases de Dados existentes na CEA .

O fornecimento de suporte técnico, manutenção e upgrades pelo período de 12 meses.

Treinamento contemplando a totalidade de suas funcionalidades (instalação, manutenção e utilização plena).

### **3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços objeto deste Termo de Referência compreendem o fornecimento do software para estudos da proteção de sistemas de distribuição de energia elétrica de média tensão, sua instalação e treinamento dos técnicos da CEA.

### **4. DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO**

O Sistema Computacional para Estudos da Proteção de Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica de Média Tensão deve ser uma ferramenta de auxílio no processo de dimensionamento dos parâmetros necessários para a coordenação e/ou seletividade dos equipamentos de proteção contra sobrecorrentes, baseado na configuração elétrica, nos valores das correntes de carga e de curto-circuito, bem como da localização e identificação dos equipamentos de proteção, e conter ainda diversas funcionalidades:

#### **4.1. Interface Gráfica e Georreferenciada**

- Conter uma interface gráfica e georreferenciada da topologia dos Alimentadores (circuitos de média tensão) cadastrados a serem estudados.
- Todos os dados necessários ao estudo (características físicas e elétricas de todos os materiais e equipamentos; impedância do barramento de saída dos alimentadores; fator de potência; demandas dos transformadores de distribuição; corrente dos trechos; e outros) devem ser obtidos automaticamente através de integração com as bases de dados da empresa, sem a necessidade de recadastramentos manuais de dados. No entanto, o sistema deve permitir, através de sua interface a inclusão, alteração e exclusão de dados, bem como o cadastro manual de circuitos.
- Todas as impedâncias equivalentes dos barramentos de saída dos alimentadores devem ser obtidos através de pesquisa automática na base de dados da Empresa, sem necessidade de recadastramento manual.
- O sistema deverá calcular automaticamente todos os parâmetros necessários aos estudos (avaliação de carga, curto-circuito) para a topologia extraída do sistema de geoprocessamento da empresa e também para qualquer edição de dados feita através de sua interface (alteração de configuração da rede por manobras de chaves, inclusão de novos trechos e novos consumidores, etc).
- Permitir a visualização integrada de todo a sistema elétrico, em uma única tela, bem como de partes dele conforme seleção definida pelo usuário para uma ou mais subestações, um ou mais alimentadores e assim sucessivamente.
- Deve prover ferramentas de aproximação e afastamento de áreas e elementos visualizados na interface.
- Permitir seleção de elementos específicos (ponto geográfico, chaves, transformadores, saída de alimentadores, etc) com apresentação visual e consulta a dados técnicos de cada elemento.
- Permitir consultas a conjunto de elementos a partir de características definidas pelo



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

usuário na interface, que deverão ser apresentados de forma diferenciada dos demais elementos similares.

- Visualizar os alimentadores em cores diferenciadas.
- Indicar trechos e elementos desconectados/desligados, caso existam.

#### **4.2. Ajustes, Coordenação e Seletividade de Equipamentos de Proteção**

- Permitir a definição de critérios e diversos parâmetros, de funções de sobrecorrentes (50P, 51P, 50N, 51N e etc.), de ajustes, seletividade e coordenação dos equipamentos de proteção (chaves fusíveis, relés, religadores e seccionizadores) a ser aplicada em particular em um alimentador em estudo ou em todos alimentadores a critério da CEA;
- Contemplar e apresentar gráficos de coordenação e seletividade para todos os equipamentos proteção instalados no circuito elétrico em estudo;
- Propor automaticamente a capacidade dos elos fusíveis e os diversos parâmetros de ajustes das funções de sobrecorrente (50P & 51P Fase, 50N & 51N Neutro, 50Q & 51Q Seqüência Negativa) dos equipamentos de proteção (relés e religadores) instalados no alimentador em estudo, considerando critérios e filosofias de proteção previamente definidos pela CEA, emitindo recomendações quando as condições operacionais não atenderem aos critérios estabelecidos;
- Possibilitar a visualização dos ajustes de três modos sendo: **Atual** (situação atual das proteções); **Usuário** (ajustes propostos fixados pelo usuário); **Proposto** (ajustes propostos pelo software);
- Na interação com o processo de proposição automática, o sistema deverá fornecer ao usuário uma planilha do equipamento selecionado, mostrando todos os seus ajustes específicos assim como a faixa de ajuste possível para cada parâmetro, possibilitando ao mesmo a definição do ajuste desejado;
- Permitir interação com o processo de proteção automática através de bloqueio, controle e interrupção de equipamento (s) de proteção;
- Permitir alterações no estado (NA/NF) de equipamentos de proteção e manobra, possibilitando o estudo e análise de impactos de expansões, manobras e/ou contingências em alimentadores.

#### **4.3. Filosofia de coordenação**

- Permitir simular a filosofia das proteções como Coordenada, Seletiva ou Combinada.

#### **4.4. Relatórios**

- Gerar relatórios de diagnósticos, notas de ajustes dos equipamentos de proteção e de correntes de curto-circuito, na forma de impressão e/ou no formato PDF, indicando inclusive o ajuste atual e proposto.
- Emitir pareceres, relatórios, notas de quando as condições operacionais não atendem os critérios previamente definidos.
- Gerar relatórios com dados cadastrados no sistema elétrico, indicando no caso dos



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

ajustes os dados atuais e os propostos.

- Gerar relatórios específicos indicando ajustes atuais e propostos em um mesmo documento.
- Os relatórios deverão ter a opção de impressão, e de exportação de arquivos no formato PDF e planilhas compatíveis com o Excel.

## **5. DESCRIÇÃO DO TREINAMENTO NECESSÁRIO**

Os treinamentos deverão capacitar os treinandos para o uso do Sistema, contemplando a totalidade de suas funcionalidades, entre elas:

- a) Implantação e treinamento de suporte de informática para instalação e manutenção das versões do software;
- b) Treinamento funcional e operacional das equipes da CONTRATANTE, referente ao uso do software;
- c) Geração e emissão de relatórios, consultas, etc.;
- d) Geração de gráficos, pareceres e execução ou simulação de operações e ajustes de proteção do sistema elétrico;
- e) Visualização dos ajustes possíveis, da situação atual ou para a obtenção dos diversos equipamentos de proteção instalados no circuito em estudo;
- f) Cálculo e dimensionamento de todos os parâmetros dos equipamentos de proteção (chaves fusíveis, relés, religadores e outros), instalados no circuito de modo a operarem de acordo com a característica do sistema da empresa CONTRATANTE.
- g) Estudos em condições de contingências operacionais, alterações na topologia da rede de forma a permitir o uso integral das facilidades disponibilizadas tanto no pré e pós-operação como no tempo real da operação e na execução de projetos.
- h) O treinamento deverá ser ministrado utilizando dados reais de no mínimo 3 (três) alimentadores, obtidos por importação dos dados através da interface com os sistemas de geoprocessamento;
- i) Deverão ser utilizados dados reais da rede CEA de acordo com o respectivo treinando.
- j) O treinamento deverá possuir carga horária mínima de 36 horas.

## **6. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços (incluindo treinamento em turma única) deverão ser executados na Sede da CEA localizada à Avenida Padre Júlio Maria Lombaerd, 1900 - Bairro Centarl, Macapá - AP, em data a ser definida pela CONTRATANTE.

## **7. ESCOLHA DO FORNECEDOR**

Sugere-se a aquisição do software para estudos de proteção pelo critério de MENOR PREÇO em licitação pública realizada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

## **8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, o instrumento contratual, a terceiros, sem prévia comunicação por escrito à CONTRATANTE e sem a



sua concordância;

- 8.2 A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento das novas versões dos aplicativos desenvolvidos por sua equipe técnica, como melhoria do desempenho ou atualização tecnológica pelo período de validade do contrato de suporte técnico e manutenção, que é de 12 (doze) meses;
- 8.3 Todos os empregados da CONTRATADA que necessitem ter acesso às instalações da CONTRATANTE deverão ser oficialmente apresentados através de carta devidamente assinada pelo representante legal da empresa;
- 8.4 Qualquer suspensão na execução dos serviços, mesmo que em caráter temporário, deverá ser comunicado de imediato à CONTRATANTE;
- 8.5 No preço global ofertado pela CONTRATADA, deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, tributos, contribuições, despesas diretas e indiretas necessárias à execução do serviço objeto deste Termo de Referência;
- 8.6 A CONTRATADA se responsabilizará por todo e/ou qualquer ato praticado por seus empregados e por terceiros credenciados para a prestação dos serviços técnicos;
- 8.7 Se, para a identificação, agilização, resolução de problemas ou serviços de manutenção, entender a CONTRATANTE ser necessária à presença de analista ou técnico do quadro funcional da CONTRATADA no local de instalação do Módulo Licenciado, caso não atenda por outros meios, as despesas de traslado e estadia, uma vez existente, ficarão sob a responsabilidade da CONTRATADA;
- 8.8 Fornecer todas as documentações e manuais do software em português;
- 8.9 Executar fielmente os serviços objeto deste Termo de Referência, com perfeição, dentro dos padrões de qualidade e produtividade exigidos e dentro das orientações da fiscalização da CONTRATANTE;
- 8.10 Fornecer, sempre que solicitado, as informações ou documentos que digam respeito ao andamento ou execução dos serviços;
- 8.11 Sempre que se verificarem quaisquer atrasos, falhas, deficiências ou quaisquer outras ocorrências na execução dos serviços, por motivos que possam ser imputáveis à CONTRATADA, ficará esta responsável em tomar as devidas providências, sem que recaiam quaisquer ônus sobre a CONTRATANTE;
- 8.12 Substituir imediatamente, por solicitação da CONTRATANTE, qualquer um de seus empregados, cuja presença esteja sendo desnecessária ou prejudicial ao andamento dos serviços e/ou que estejam atentando contra a imagem da CONTRATANTE junto aos seus clientes e à sociedade em geral;
- 8.13 Mobilizar todos os recursos humanos e materiais necessários à execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência, num prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato;
- 8.14 O cronograma de implantação e treinamento será definido pela CONTRATANTE que o apresentará à contratada no momento da assinatura do contrato. De comum acordo as partes poderão fazer ajustes no cronograma para atender a ocorrências especiais.
- 8.15 Assumir integral responsabilidade pela adoção de todas as medidas de segurança necessárias à execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, e será a única responsável pelos acidentes que porventura venham a ocorrer, com seu pessoal ou com terceiros.
- 8.16 Quaisquer alterações em datas, prazos e formas de execução de atividades



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

previamente acordadas deverão ser comunicadas em tempo hábil para as ações necessárias.

- 8.17 Prover suporte técnico em horário comercial, durante o período indicado no item 2, sendo que o prazo máximo para solução que qualquer problema será de 5(cinco) dias úteis.

## **9 DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1 Estar à disposição dos interessados que desejarem visitar os locais dos serviços através da Coordenação da CONTRATANTE;
- 9.4 Prestar à CONTRATADA, quando for formalmente solicitado, todo e qualquer esclarecimento relativo à execução dos serviços, de forma a facilitar a realização dos mesmos;
- 9.5 Designar o técnico responsável pelo acompanhamento dos estudos que fazem parte do objeto deste Termo de Referência.
- 9.6 Indicar formalmente o responsável pelo contato com o suporte técnico da CEA.
- 9.7 Fornecer a infraestrutura necessária para o treinamento: sala, computadores, projetor multimídia, etc.
- 9.8 Comunicar em tempo hábil para as ações necessárias quaisquer alterações em datas, prazos e formas de execução de atividades previamente acordadas.

## **10 IDENTIFICAÇÃO DE EMPREGADOS**

Para fins de identificação junto à CONTRATANTE e ao público em geral, a CONTRATADA deverá:

- a) Fornecer a cada um dos seus empregados um crachá no qual conste:
- Nome e símbolo da CONTRATADA.
  - Nome e função do empregado.
- b) Será obrigatório o uso de crachá, de modo visível, enquanto em serviço nas dependências da CONTRATANTE.

## **11 HORÁRIO DE EXECUÇÃO**

Os serviços serão executados em dias úteis e horário comercial, conforme programação acordada entre as partes.

## **12 REGIME DE EXECUÇÃO E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 12.1 Os serviços objeto deste Termo de Referência serão executados e medidos em etapa única, correspondente à finalização dos serviços;
- 12.2 A CONTRATADA deverá refazer, sem ônus para a CONTRATANTE e no prazo estabelecido neste Termo de Referência, todos os serviços que apresentarem imperfeições sem que isso possa ensejar justificativas de quaisquer alterações dos serviços e, por consequência, no prazo contratual;
- 12.3 Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de proceder a revisões no Termo de



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

Referência, sempre que julgar necessário, para melhor adequá-lo às suas finalidades, desde que tais revisões não impliquem em acréscimo ou redução, de serviços ou prazos contratuais, superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do Contrato.

### **13 FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 13.1 A execução dos serviços será acompanhada, integral ou parcialmente, por representante(s) formalmente designado(s) pela CONTRATANTE;
- 13.2 A FISCALIZAÇÃO terá amplos e completos poderes para acompanhar a execução dos serviços e especialmente para:
- 13.3 Sustar a execução de qualquer serviço, sem prévio aviso, sempre que considerar a medida necessária à boa execução do mesmo ou salvaguardar os interesses da CONTRATANTE;
- 13.4 Recusar qualquer serviço que esteja em desacordo com os padrões exigidos neste Termo de Referência e nas normas documentos dele integrantes;
- 13.5 Decidir pela CONTRATANTE, sobre as questões que se levantarem durante o andamento dos serviços;
- 13.6 Atestar os serviços executados pela CONTRATADA;
- 13.7 Exigir da CONTRATADA a apresentação, para exame, de todo e qualquer documento ou informação relativo aos serviços que julgarem necessários ou importunos;
- 13.8 Definir, com o preposto da CONTRATADA, as alterações da ordem seqüencial dos trabalhos que forem julgadas necessárias ou convenientes aos interesses da CONTRATANTE;
- 13.9 Nos casos de inobservância, por parte da CONTRATADA, das exigências da fiscalização, terá esta, além do direito de aplicação das sanções previstas no instrumento de Contrato, o direito de suspender a execução dos serviços e sustar os pagamentos de quaisquer faturas;
- 13.10 O desempenho da CONTRATADA, sob os aspectos técnicos, comerciais e administrativos, será periodicamente acompanhado pelos representantes da CONTRATANTE, mantendo informado o processo de Licitações e Contratos, para efeito de avaliação e acompanhamento da regularidade cadastral da CONTRATADA;
- 13.11 Os prepostos da CONTRATANTE e da CONTRATADA deverão ter substitutos, previamente e formalmente designados, para seus impedimentos ocasionais;
- 13.12 As comunicações entre as partes relacionadas com a condução, execução e FISCALIZAÇÃO, dos serviços, serão feitas por escrito e assinadas pelos representantes credenciados das partes;
- 13.13 O exercício do direito da CONTRATANTE de fiscalizar os serviços, bem como a aprovação de testes e ensaios, não exonera a CONTRATADA de suas obrigações e das conseqüências delas advindas, nem diminui as responsabilidades a ela atribuídas por esse Termo de Referência;
- 13.14 A CONTRATADA se obriga a facilitar a atuação da FISCALIZAÇÃO no desempenho de suas atribuições, fornecendo todos os meios e recursos para que isso possa acontecer.



## **14 PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

- 14.1 O prazo máximo de execução dos serviços de fornecimento das licenças, instalação do Sistema e treinamento, será de 90 (noventa) dias a partir da assinatura do contrato. No prazo de execução dos serviços já está incluído o tempo de mobilização de recursos humanos e equipamentos.
- 14.2 O prazo de vigência será de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato, levando-se em conta o contrato de suporte técnico de igual período.

## **15 PREÇOS DOS SERVIÇOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

- 15.1. O preço dos serviços inclui todas as despesas relativas às licenças e implantação do Sistema Computacional, ao treinamento e materiais didáticos, transportes, passagens aéreas, alimentação, mão-de-obra e hospedagem da equipe da CONTRATADA no local onde serão desenvolvidos os trabalhos, bem como outros insumos e custos agregados e necessários para execução dos serviços relativos ao objeto do presente Termo de Referência.
- 15.2. O valor do Serviço proposto depois de concluída o certame licitatório não poderá ultrapassar o valor orçado neste Termo de Referência, sendo inabilitada a licitante que dispuser ao contrário.
- 15.3. O valor máximo estimado para aquisição do Sistema Computacional para Estudos de Proteção no Sistema de Distribuição, incluindo o suporte para a integração com os sistemas de Georreferenciamento e Bases de Dados existentes na CEA e suporte de 12(doze) meses é de R\$ 215.480,20 (Duzentos e quinze mil quatrocentos e oitenta e reais e vinte centavos).
- 15.4. A previsão de desembolso relativa à aquisição do Sistema Computacional para Estudos de Proteção no Sistema de Distribuição, incluindo o suporte para a integração com os sistemas de Georreferenciamento e Bases de Dados existentes na CEA e suporte de 12 (doze) meses, é no mês de Maio de 2018.
- 15.5. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Termo de Referência, correrão à Conta Contábil nº 1861245, recursos próprios consignados no Orçamento do Departamento de Operação da Distribuição - DEO.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTAS:**

- 16.1. Pela inexecução total ou parcial da contratação, a CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, independentemente de ordem hierárquica, resguardado o direito de defesa:
- a) Advertência escrita;
  - b) Multa, na forma prevista no presente contrato;
  - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE por prazo não superior a 02 (dois) anos.
  - d) Declaração de inidoneidade nos Termos da Lei nº 8.666/93 e 8.883/94.
- 16.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.





- 16.3. Por atraso no prazo de conclusão dos serviços, a CONTRATADA estará sujeita à multa de mora de 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso, até o limite máximo de 10 (dez) dias, a ser descontado do saldo remanescente devido, independente das sanções legais que possam ser aplicadas, de acordo com os arts. 86, 87 e 88 da lei nº 8.666/93, salvo se o prazo for prorrogado pela Administração.
- 16.4. A multa a ser aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento das demais Cláusulas Contratuais será de 0,5% (zero vírgula cinco pontos percentuais) sobre o valor do Contrato, ao dia, sem prejuízo da faculdade concedida a CONTRATANTE, de rescindir o contrato, salvo os casos previstos em Lei.
- 16.5. Em caso de descumprimento dos prazos de suporte técnico ou a suspensão dos serviços por mais de 30 (trinta) dias, a CONTRATADA estará sujeita as sanções previstas nas alíneas “c” e “d” desta Cláusula, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

## **17. FORMA DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS**

- 17.1 A contratada emitirá um relatório dos serviços executados, após realização dos treinamentos, instalação do Sistema e sua colocação em operação, para controle da medição destes serviços;
- 17.2 O pagamento será realizado em parcela única, contemplando:
- Serviços de fornecimento das licenças, instalação do Sistema, integração das bases de dados e treinamento;
  - Serviços de suporte por um período de 12 meses contados a partir da data de entrega do produto.
- 17.3 A CONTRATANTE após a aprovação dos serviços autorizará a emissão da Nota Fiscal de Pagamento para a CEA.
- 17.4 O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal;
- 17.5 A fatura será emitida após a conclusão dos serviços, e apresentada à CONTRATANTE na Sede administrativa da CEA;
- 17.6 Para que o pagamento seja realizado a Nota Fiscal deverá ser apresentada ao Gestor do Contrato, juntamente com as cópias autenticadas das Certidões Negativas do INSS, FGTS, ISS, GRPS, certidões negativas da Receita Federal e da União.
- 17.7 A CONTRATADA deverá fazer constar no documento de cobrança o número do futuro Contrato, a agência bancária e o número da conta corrente através da qual deseja que se efetue o respectivo pagamento. A CONTRATANTE não se responsabilizará, em nenhuma hipótese, por encargos resultantes da operação de cobrança;
- 17.8 O pagamento será através de depósito bancário a ser creditado em banco a ser estabelecido pela CONTRATANTE, após a habilitação da nota fiscal, juntamente com todos os documentos exigidos e em conformidade com a realização dos serviços, ou seja, através da apresentação do Relatório Final, onde os serviços deverão ser devidamente aprovados, desde que as faturas não contenham erros ou impropriedade e estejam em conformidade com o Contrato e seus anexos;
- 17.9 Havendo necessidade de reapresentação das faturas, por motivos imputáveis à CONTRATADA, será considerado novo prazo de 30 (trinta) dias, e assim sucessivamente, até que as faturas estejam isentas de erros ou impropriedade;



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

- 17.10 Na hipótese de erro, dúvida ou omissão quanto aos documentos de cobrança, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, efetuar o pagamento. A liberação da fatura será feita após a aprovação da medição mensal e correspondente à frequência dos membros das equipes e as OS's executadas, mas somente se cumprirá depois de aceitos pela CONTRATANTE, bem como depois de realizados pela CONTRATADA os acertos complementares e/ou correções de serviços recusados pela fiscalização.
- 17.11 A CONTRATANTE poderá solicitar a suspensão do pagamento de faturas quando identificar falhas na execução dos serviços.
- 17.12 Analisar e aprovar os Relatórios de Acompanhamento dos Serviços elaborados pela CONTRATADA em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento dos mesmos;

## 18. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 18.1 A responsabilidade pela gestão e pela fiscalização do Contrato, objeto deste Termo de Referência, estará a cargo respectivamente do Departamento de Operação da Distribuição - DEO e da Gerência de Controle da Distribuição - DEOC, conforme descrito abaixo.

**Gestor do Contrato:** Marcos Antonio Costa Rodrigues  
E-mail: [marcos.rodrigues@cea.ap.gov.br](mailto:marcos.rodrigues@cea.ap.gov.br)  
Telefone: 96-98802-1263

**Fiscal do Contrato:** Nobuo Fernandes Watanabe  
E-mail: [nobuo.watanabe@cea.ap.gov.br](mailto:nobuo.watanabe@cea.ap.gov.br)  
Telefone: 96-98802-1200

Macapá, 09 de março de 2018

Elaborado  <b>Nobuo Fernandes Watanabe</b> <b>Chefe do DEOC</b>	Elaborado  <b>José Ribamar de S. Santos Neto</b> <b>Eng.º Eletricista do DEOC</b>
Elaborado  <b>Marcos Antonio Costa Rodrigues</b> <b>Chefe do DEO</b>	Aprovo o presente Termo de Referência:  <b>Bernard de Sá Gouveia</b> <b>Diretor de Engenharia</b>



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018–PRL/CEA**

**ANEXO II**

**MODELO DE CARTA PROPOSTA**

À Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA  
Av. Padre Julio Maria Lombaerd, 1900 – Santa Rita  
Macapá – Amapá – CEP 68.900-030

**À Comissão de Licitação e Contratos – PRL**  
**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2018-PRL/CEA**

Após cuidadoso exame e estudo do Edital do certame licitatório em referência, seus anexos e apensos, com os quais concordamos, vimos apresentar nossa Proposta de conformidade com as condições nesse instrumento convocatório.

**OBJETO:** Aquisição de um Sistema Computacional para Estudos da Proteção de Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica em Média Tensão, que contemple a interface com os sistemas de geoprocessamento aplicados à distribuição, instalados na CEA.

1. Preço global da proposta: R\$ \_\_\_\_\_ .(\_\_\_\_\_), fixos e irrealizáveis pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos da legislação pertinente.
2. No preço dos serviços, deverão estar inclusos os custos com mão de obra, transporte de pessoal, material, tributos diretos e indiretos e demais despesas decorrentes da execução dos serviços.
3. Prazo de Validade da Proposta mínimo de 60 (sessenta) dias:
4. Alíquota do ISS incluso no preço: \_\_\_\_%;
5. Anexar as planilhas de formação de preços.

**OBS.:** A CARTA PROPOSTA NA FORMA ESCRITA DEVERÁ SER APRESENTADA APENAS PELO LICITANTE VENCEDOR DA LICITAÇÃO, E DEVERÁ ESTAR ADEQUADA AOS PREÇOS RESULTANTES DA DISPUTA, OU DA NEGOCIAÇÃO COM O PREGOEIRO, NA DATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018–PRL/CEA**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_,  
CNPJ n.º \_\_\_\_\_, **declara** a Companhia de Eletricidade do  
Amapá - CEA, para fins de participação no procedimento licitatório sob a modalidade de  
**PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2018-PRL**, cumprir plenamente todos os requisitos de  
habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, estando **ciente da**  
**responsabilidade administrativa, civil e penal.**

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018–PRL/CEA**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018–PRL/CEA**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO REQUISITO CONSTITUCIONAL**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos.

\*Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018–PRL/CEA**

**ANEXO VI**

**MODELO DE ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Declaramos, para fins de prova junto a Órgãos Públicos, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_, executou (ou executa) para esse Órgão (ou empresa) o(s) seguinte(s) serviços: \_\_\_\_\_.

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos registros, até a presente data, que a desabone comercialmente ou tecnicamente.

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do declarante

Observação: Emitir em papel que identifique a entidade expedidora.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2018–PRL/CEA**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

\_\_\_\_\_ (Nome/Razão Social), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de atendimento a exigência contida no Edital do Pregão Eletrônico nº 011/2018 – PRL, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal





**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018–PRL/CEA**

**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

\_\_\_\_\_  
como representante devidamente constituído da empresa  
\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, doravante denominada  
licitante, para fins do disposto no item \_\_\_\_\_ do Edital do Pregão Eletrônico nº  
011/2018-PRL/CEA, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o Art. 299 do CPB, que:

- a) A proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 011/2018-PRL/CEA, foi elaborada de maneira independente, pelo Licitante/Consórcio, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 011/2018-PRL/CEA, por qualquer meio ou qualquer pessoa.
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico 011/2018-PRL/CEA não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 011/2018-PRL/CEA.
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 011/2018-PRL/CEA.
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 011/2018-PRL/CEA, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 011/2018-PRL/CEA antes da adjudicação do objeto da referida licitação.
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 011/2018-PRL/CEA não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Órgão licitante antes da abertura oficial das propostas, e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018–PRL/CEA**

**ANEXO IX**

**MINUTA DO CONTRATO Nº \_\_\_\_ / 2018**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ E  
A EMPRESA \_\_\_\_\_, PARA OS FINS  
NELE DECLARADOS.

Pelo presente instrumento, e nos melhores termos de direito, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA**, concessionária de Serviço Público - Sociedade de Economia Mista, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 05.965.546/0001-09, representada por seu Presidente, **MARCELINO DA CUNHA MACHADO NETO**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, com RG nº 039204582010-0 SSP/MA e CPF nº 790.901.337-04, residente e domiciliado na Rua Peixe Pedra, nº 20, bairro Calhau, São Luís/MA, CEP: 65071-320 pelo Diretor Econômico e Financeiro, **WANDERMILSON DE JESUS GARCEZ DE AZEVEDO**, brasileiro, união estável, servidor público, portador do RG 937737 - SSP/DF e CPF 505.510.511-91, SHIS QI 17 conj. 03, casa 24, Lago Sul, Distrito Federal, CEP: 71645-030, por seu Diretor de Engenharia, **BERNARD DE SÁ GOUVEIA**, brasileiro, solteiro, engenheiro eletricitista, RG. nº 3082585-7 – SSP/SE e CPF nº. 017.257.795-01, residente e domiciliado na Rua Estatístico Teixeira de Freitas, nº 86, Pinheiro, Maceió/AL, CEP: 57.055-660, e por seu Diretor de Gestão e Relacionamento Institucional, **RODOLFO FERNANDES DA SILVA TORRES**, brasileiro, casado, bacharel em direito, R.G. nº 349.186 – SSP/AP e CPF nº. 086.236.878-25, residente e domiciliado na Av. Duque de Caxias, nº 299, Centro, Macapá/AP, CEP: 68.906-33, e de outro lado como **CONTRATADA** a Empresa \_\_\_\_\_, C.N.P.J.(MF) \_\_\_\_\_ NIRE: \_\_\_\_\_, com sede na Rua: \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Telefone/Fax (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sócio Administrativo o Sr. \_\_\_\_\_, CPF. \_\_\_\_\_ às normas disciplinares que preconizam a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes, que se obrigam a cumpri-las e respeitá-las integralmente:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:**

1.1- O presente Contrato tem por fundamento legal o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, no Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

1993, no **Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2018-PRL/CEA**, no **Processo nº 025/2018-PRL/CEA**.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

2.1- O presente contrato tem por objeto a **aquisição de sistema computacional para estudos da proteção de sistemas de distribuição de energia elétrica em media tensão, que contempla a interface com os sistemas de geoprocessamento aplicados à distribuição, instalados na Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA.**

2.2- Este Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado acima e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA DOS SERVIÇOS:**

3.1- As especificações técnicas oriundas dos serviços deste Contrato estão dispostas no **TERMO DE REFERÊNCIA N° 01/2018-DEO/DE/CEA**.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO:**

4.1- O preço global para consecução do objeto deste Contrato será de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

4.2- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

5.1 - As despesas decorrentes deste **CONTRATO** correrão por conta da Dotação Orçamentária prevista no Orçamento da CEA, através da fonte de recurso **nº 01-Recursos Próprios, Unidade Orçamentária nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ e Elemento de Despesa nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_**, através da Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_/2018, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE:**

6.1- O prazo de vigência referente ao Contrato tem início na data de sua assinatura e encerra após **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo na forma do artigo 57 da Lei 8666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações.

6.2- A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3- As supressões resultantes de acordos celebrados entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4- Os preços serão firmes e irrevogáveis durante a vigência deste Contrato, porém havendo prorrogação, estes poderão ser revistos com base em índices específicos ou setoriais mais adequados à natureza da obra, compra ou serviço, sempre que existentes.

§ 1º - Na ausência dos índices específicos, será adotado o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**, divulgado pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**,



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data de assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subseqüentes.

§ 2º- Caso o CONTRATADO não solicite o reajuste até a data da prorrogação contratual, ocorrerá a preclusão temporal do direito, e nova solicitação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 01 (um) ano, contados na forma prevista nesta contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO:**

7.1- A CONTRATADA apresentará, mensalmente, Nota Fiscal Eletrônica para liquidação e pagamento das despesas pela CONTRATANTE, juntamente com o relatório dos serviços prestados, este devidamente certificado pelo setor fiscalizador.

7.2- Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados a empresa contratada e a contagem do prazo para pagamento das faturas contestadas será reiniciado a partir da reapresentação da nota fiscal de serviço, devidamente corrigida em um prazo máximo de 07 (sete) dias corridos;

7.3- O pagamento só será realizado após a comprovação de regularidade da licitante vencedora junto a Fazenda Nacional, a Fazenda Estadual, a Seguridade Social, o FGTS, e a Justiça do Trabalho, conforme preceitua o Art. 54, XIII da Lei 8.666/93.

7.4- O pagamento será efetuado à CONTRATADA no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados, a partir da efetiva apresentação Nota Fiscal junto a CEA, juntamente com os documentos acima citados, sendo o crédito depositado na conta bancária, conforme descrito abaixo:

- **BANCO:** \_\_\_\_\_;
- **AGÊNCIA:** \_\_\_\_\_;
- **CONTA CORRENTE:** \_\_\_\_\_;

7.5- Atraso nos pagamentos, que por ventura venham a ocorrer em virtude da mudança dos dados da conta indicada para crédito, não implicará em qualquer responsabilidade, aplicação de multa ou juros à CONTRATANTE;

7.6- A CONTRATANTE reserva-se ao direito de recusar-se ao pagamento se no ato da atestação, se os serviços prestados não estiverem de acordo com as especificações constantes neste contrato e seus anexos;

7.7- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

- a) EM = Encargos moratórios;
- b) N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- c) VP = Valor da Parcela a ser paga.
- d) I = Índice de atualização financeira = 0,0001644; assim apurado:

$$I = \frac{TX}{100}$$

$$I = \frac{6}{100}$$

$$I = 0,0001644$$



**365**

**365**

e) TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.8- A atualização financeira prevista nesta condição será incluída em uma Nota Fiscal Eletrônica em separado, e somente após análise do cálculo pela Contadoria da CEA, é que o valor será pago.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO:**

8.1- O prazo máximo de execução dos serviços de fornecimento das licenças, instalações do Sistema e Treinamento, será de **90 (noventa) dias** a partir da assinatura do Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - Durante o período de mobilização, no máximo 05 (cinco) dias antes do término do prazo de mobilização, a **CONTRATADA** deverá apresentar os comprovantes de habilitação/ qualificação das equipes e os veículos, materiais e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços, para inspeção e aprovação pelo Gestor da Contratação e pela área de Segurança do Trabalho da Companhia de Eletricidade do Amapá;

#### **CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:**

9.1- Fica designado, de acordo com o Art. 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, o **Departamento de Operação da Distribuição - DEO/CEA** e a **Gerência de Controle da Distribuição – DEOC/CEA**, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato em questão;

9.2- Caberá a **DEO** e a **DEOC** a atestação das Notas Fiscais Eletrônicas que comprovem a prestação dos serviços;

9.3- O representante anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

9.4- As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas à Diretoria da área, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

9.5- A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que necessário;

9.6- Além do acompanhamento e da fiscalização dos serviços objeto do contrato, a **CONTRATANTE** poderá, ainda, sustar qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária;

9.7- A **DEO** e a **DEOC** certificaram as Notas Fiscais Eletrônicas para liquidação e pagamento das despesas pela CEA, juntamente com o relatório dos serviços efetivamente prestados;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:**

10.1- O recebimento dos serviços dar-se-á mediante Termo de Recebimento, na forma prevista no artigo 73 da Lei 8.666/93.

10.2- Os serviços somente serão recebidos, após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência e demais documentos que o integram, caso não tenha sido comunicada por escrito alguma irregularidade nos mesmos.

10.3- Os serviços serão recusados se forem entregues em desacordo com as especificações solicitadas e propostas.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

10.4- Na eventualidade da fiscalização apontar defeitos, falhas ou imperfeições, enquanto não forem sanados os defeitos apontados, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas ou outro determinado pela fiscalização, o serviço não será recebido.

10.5- Os serviços objeto deste Termo serão formalmente recebidos pelo Gestor do Contrato, Conforme a Art. 73 da Lei 8.666/93, após o atendimento de todas as condições estabelecidas, observando-se o seguinte:

a) **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até **15 (Quinze)** dias da comunicação escrita do contratado.

b) **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais observado o disposto no art. 69 desta Lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

11.1- Os serviços deverão ser executados na sede da CEA localizada na Avenida Padre Júlio Maria Lombaerd, 1900 – Bairro Central, Macapá/AP.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES:**

##### **I - DA CONTRATADA:**

12.1 - A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, o instrumento contratual, a terceiros, sem prévia comunicação por escrito à CONTRATANTE e sem a sua concordância;

12.2 - A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento das novas versões dos aplicativos desenvolvidos por sua equipe técnica, como melhoria do desempenho ou atualização tecnológica pelo período de validade do contrato de suporte técnico e manutenção, que é de 12 (doze) meses;

12.3 - Todos os empregados da CONTRATADA que necessitem ter acesso às instalações da CONTRATANTE deverão ser oficialmente apresentados através de carta devidamente assinada pelo representante legal da empresa;

12.4 - Qualquer suspensão na execução dos serviços, mesmo que em caráter temporário, deverá ser comunicado de imediato à CONTRATANTE;

12.5 - No preço global ofertado pela CONTRATADA, deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, tributos, contribuições, despesas diretas e indiretas necessárias à execução do serviço objeto deste Contrato;

12.6 - A CONTRATADA se responsabilizará por todo e/ou qualquer ato praticado por seus empregados e por terceiros credenciados para a prestação dos serviços técnicos;

12.7 - Se, para a identificação, agilização, resolução de problemas ou serviços de manutenção, entender a CONTRATANTE ser necessária à presença de analista ou técnico do quadro funcional da CONTRATADA no local de instalação do Módulo Licenciado, caso não atenda por outros meios, as despesas de traslado e estadia, uma vez existente, ficarão sob a responsabilidade da CONTRATADA;

12.8 - Fornecer todas as documentações e manuais do software em português;



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

12.9 - Executar fielmente os serviços objeto deste Contrato, com perfeição, dentro dos padrões de qualidade e produtividade exigidos e dentro das orientações da fiscalização da CONTRATANTE;

12.10 - Fornecer, sempre que solicitado, as informações ou documentos que digam respeito ao andamento ou execução dos serviços;

12.11 - Sempre que se verificarem quaisquer atrasos, falhas, deficiências ou quaisquer outras ocorrências na execução dos serviços, por motivos que possam ser imputáveis à CONTRATADA, ficará esta responsável em tomar as devidas providências, sem que recaiam quaisquer ônus sobre a CONTRATANTE;

12.12 - Substituir imediatamente, por solicitação da CONTRATANTE, qualquer um de seus empregados, cuja presença esteja sendo desnecessária ou prejudicial ao andamento dos serviços e/ou que estejam atentando contra a imagem da CONTRATANTE junto aos seus clientes e à sociedade em geral;

12.13 - Mobilizar todos os recursos humanos e materiais necessários à execução dos serviços, objeto deste Contrato, num prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato;

12.14 - O cronograma de implantação e treinamento será definido pela CONTRATANTE que o apresentará à contratada no momento da assinatura do contrato. De comum acordo as partes poderão fazer ajustes no cronograma para atender a ocorrências especiais;

12.15 - Assumir integral responsabilidade pela adoção de todas as medidas de segurança necessárias à execução dos serviços objeto deste Contrato, e será a única responsável pelos acidentes que porventura venham a ocorrer, com seu pessoal ou com terceiros;

12.16 - Quaisquer alterações em datas, prazos e formas de execução de atividades previamente acordadas deverão ser comunicadas em tempo hábil para as ações necessárias;

12.17 - Prover suporte técnico em horário comercial, sendo que o prazo máximo para solução que qualquer problema será de 5(cinco) dias úteis.

## **II - DA CONTRATANTE:**

12.18 - Estar à disposição dos interessados que desejarem visitar os locais dos serviços através da Coordenação da CONTRATANTE;

12.19 - Prestar à CONTRATADA, quando for formalmente solicitado, todo e qualquer esclarecimento relativo à execução dos serviços, de forma a facilitar a realização dos mesmos;

12.20 - Designar o técnico responsável pelo acompanhamento dos estudos que fazem parte do objeto deste Contrato;

12.21 - Indicar formalmente o responsável pelo contato com o suporte técnico da CEA;

12.22 - Fornecer a infraestrutura necessária para o treinamento: sala, computadores, projetor multimídia, etc;

12.23 - Comunicar em tempo hábil para as ações necessárias quaisquer alterações em datas, prazos e formas de execução de atividades previamente acordadas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES:**



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

13.1- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor global do contrato; suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- c) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato;
- d) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

13.2- Pelos motivos que seguem, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos item 13.1 desta Cláusula:

- a) pela recusa injustificada em assinar este Contrato;
- b) pela não prestação dos serviços de acordo com as especificações da proposta da CONTRATADA, dentro do prazo proposto;
- c) pelo descumprimento de alguma das condições e dos prazos estipulados neste Contrato e nos seus Anexos.

13.3- Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE e, no que couber, às penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.

13.4- Comprovado **impedimento** ou **reconhecida força maior**, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO:**

14.1- A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.2- A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;





**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

d) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e não ensejará a CONTRATADA quaisquer tipos de indenização ou multa rescisória.

§ 1º- A CONTRATANTE somente pagará a CONTRATADA o saldo de serviços efetivamente prestados até a data de rescisão por culpa da CONTRATADA, cabendo, dentre outros atos, a declaração de inadimplência, e à parte inocente indenização por perdas e danos, lucros cessantes e emergentes, sem prejuízos das aplicações de multas previstas no presente Contrato.

§ 2º- Este Contrato poderá ser rescindido amigavelmente por acordo entre as partes, mediante aviso prévio de 10 (dez) dias corridos, desde que haja conveniência para a administração e na verificação de qualquer uma das hipóteses elencadas na legislação aplicável.

§ 3º - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA:**

15.1- O CONTRATADO, no prazo de cinco (5) dias, após a assinatura deste termo, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total desta Contratação, que será liberada de acordo com as condições previstas neste contrato, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

15.2- A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

15.3- A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA à Contratada;

15.4- A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, em conta corrente indicada no contrato, com correção monetária.

15.5- No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

15.6- Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.7- A Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações, pela Contratada, decorrentes de atos ou fatos praticados pela Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

15.8- Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

15.9- Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência, caso a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA não comunique a ocorrência de sinistros.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA VINCULAÇÃO DE PESSOAL:**

16.1- São de total, absoluta e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, todas as despesas do pessoal contratado para execução do objeto deste Contrato, sejam salários, vantagens, obrigações sociais e outras de qualquer natureza, por mais especiais que sejam.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

17.1- O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação do Contratado com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e observados os subitens subsequentes;

PARÁGRAFO ÚNICO - As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO:**

18.1- O objeto do presente contrato não poderá ser subcontratado, em qualquer hipótese, sob pena de rescisão contratual, salvo expressa autorização da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS:**

19.1- Os casos omissos relativos à execução deste contrato administrativo serão resolvidos pelas partes, com a estrita observância das disposições contidas no art. 55, V da Lei nº 8.666/93 e legislação complementar aplicável a Teoria Geral dos Contratos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA- DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:**

20.1- É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO:**

21.1- Este Contrato deverá ser publicado no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do 5º dia útil do mês seguinte de sua assinatura, no Diário Oficial do Estado do Amapá, art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA- DO FORO:**



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

22.1- As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Macapá (AP), com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em **03 (três) vias de igual teor e forma**, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Macapá (AP), \_\_\_\_ de Maio de 2018.

**MARCELINO DA CUNHA MACHADO**  
**NETO PRESIDENTE/CEA**  
CONTRATANTE

**WANDERMILSON DE JESUS GARCEZ DE**  
**AZEVEDO**  
DIRETOR ECON. E FINANCEIRO/CEA  
CONTRATANTE

**BERNARD DE SÁ GOUVEIA**  
DIRETOR DE ENGENHARIA/CEA  
CONTRATANTE

**RODOLFO FERNANDES DA SILVA**  
**TORRES**  
DIRETOR DE GESTÃO E  
RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL/CEA

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA